

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.680 - RS (2020/0029932-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120**  
**RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834**  
**ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560**  
**CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854**  
**ROBERTA DE OLIVEIRA - RS105176**  
**AGRAVADO : CLEBIO BECKER LEFA**  
**ADVOGADOS : MÁRCIO MAZZOLA SILVA - RS057206**  
**JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 631):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CRÉDITO CONCURSAL. CASO CONCRETO. EXPRESSA CONCORDÂNCIA DAS PARTES COM OS CÁLCULOS APRESENTADOS PELA CONTADORIA. LIBERAÇÃO DE VALORES. POSSIBILIDADE. VALOR DEPOSITADO ANTES DE 21/06/2016, COM PRECLUSÃO OU TRÂNSITO EM JULGADO. CABÍVEL A LIBERAÇÃO DE ALVARÁ EM FAVOR DO CREDOR E SALDO EM FAVOR DA RÉ. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 689/694).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui violação dos arts. 49 e 59 da Lei 11.101/2005; 884 do Código Civil; 525, § 1º, V, e 917, § 2º, I, do Código de Processo Civil/2015, afirmando, em síntese, não ser "possível qualquer liberação de valores à parte recorrida, vez que o crédito ainda deve ser readequado aos parâmetros do Juízo universal para possibilitar posterior habilitação retardatária" (fl. 707).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

Quanto ao mais, o Tribunal de origem concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores em discussão, assim se pronunciando (fls. 633/636):

Na hipótese, como se vê às fls. 427 e 474 dos autos, a contrição de valores deu-se em 24/05/2011 e o trânsito em julgado da impugnação deu-se em 24/06/2015, portanto, antes da data de 21/06/2016.

Nesta senda, o montante deve ser liberado em favor das partes, observando-se os percentuais determinados em primeira instância, em atenção à decisão que limitou a suspensão das demandas em desfavor da recuperanda, proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0034576-58.2016.8.19.0000, (...) insta ressaltar que a referida decisão do Agravo de Instrumento nº 0034576-58.2016.8.19.0000 impõe como requisitos não cumuláveis que: (i) o valor tenha a expressa finalidade de pagamento, sendo depositado antes de 21/06/2016; ou (ii) que o valor depositado antes da mencionada data já tenha operado a preclusão ou o trânsito em julgado, tornando-se incontroverso. Observo que a decisão não expõe que o trânsito em julgado ou preclusão tenha se configurado antes de 21/06/2016, mas tão somente que o depósito seja anterior, razão pela qual não há falar em impossibilidade de levantamento dos valores,

especialmente no caso concreto em que a restrição de valores e o trânsito em julgado ocorreram antes de 21/06/2016.

(...)

Por fim, quanto aos valores, registro que ambas as partes expressamente concordaram, nas fls. 479/482, com os cálculos apresentados pela contadoria nas fls. 475/478.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Observe-se que foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576-58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), onde explicitado que possível a liberação de valores nos seguintes casos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) **já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016**, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016. (grifei)

Verifique-se que, no presente caso, a Corte de origem deixa claro que o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu em 24/6/2015 (fl. 633), ou seja, antes do pedido de recuperação judicial, o que desobriga a habilitação do crédito. Nesse mesmo sentido: REsp n. 1.851.788/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 11/12/2019.

Em face do exposto, não havendo o que se reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo e, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo,

# *Superior Tribunal de Justiça*

considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora